

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Moamba

“A mundzuku ka ina”

Para além da Gigawatt e da Fronteira de Paragem Única, o distrito da Moamba – a noroeste da Província de Maputo – vai albergar um gigantesco projecto agrícola de 5 mil hectares e empregar 7.500 pessoas, até 2020. Aquele lugar é o nosso futuro, ou melhor: é “a mundzuku ka ina”.

*Texto de Wiliamo Chiquele
Foto de Arquivo*

Poucos lugares são tão movimentados como Moamba. Aquele lugar alberga a maior porta de entrada e saída internacionais de pessoas, mercadorias. Quem cruza Ressano Garcia apercebe-se que aquela é a fronteira mais movimentada do País e espelho da dimensão sócio-económico e cultural de todo o sempre.

E Moamba é aquela terra onde se provou que basta amanhecer para colher muito milho e a muita batata-reno. Basta criar

para degustar a carne de gado que quase supera o número da população local. Sim, basta chegar lá para sentir o aroma que exala dos seus campos verdes e contemplar muito gado que Moamba até “exporta” para o resto da província e cidade do Maputo.

A nossa reportagem deslocou-se de propósito a este distrito para aferir o estágio em termos de desenvolvimento do mesmo. Não nos surpreendemos com o que vimos. Moamba é hoje o exemplo de desenvolvimento e projectos.

A cerca de 40 quilómetros da capital – Maputo – Moamba pode gabar-se de ser uma das marcas visíveis da concretização do tão propalado slogan “o distrito como pólo de desenvolvimento”. Quem viaja ao distrito de Moamba a mais de 15 anos, deve se lembrar que quase era impossível chegar a Moamba sem passar por Boane. Que era inegável parar na famosa Rádio Marconi e ali comer carne de caça. E que por tudo isso tinha que pagar caro pois tinha que percorrer cerca de 120 quilómetros para



Exemplo de empreendedorismo: Margarida Lemos, ou Dona Pileca, como é conhecida na Moamba. Iniciou-se informalmente na agricultura anos atrás, por conta e risco próprios, com cerca de 2 hectares de terra e apenas 10 trabalhadores, cultivando somente hortícolas. Em 2012 formalizava o seu negócio, criando a “Goane Farma” hoje com 140 hectares de terra arável ao longo das margens do rio Incomáti e 180 trabalhadores, diversificando a sua produção para mudas/plântulas (Estufas) e a criação de suínos e aves. (Cortesia: <http://apf-mozambique.ning.com>)

chegar a Ressano Garcia, contra os actuais pouco mais de 80 quilómetros. É que por Moamba serpenteia o corredor de desenvolvimento Maputo – Witbank. Hoje é possível ver sinais de investimento que gera crescimento: fábricas, armazéns, residências, entre outros. Moamba tem hoje uma popula-

ção de cerca de 65 mil habitantes, contra 56 746 habitantes de acordo com o censo de 2007, e ocupa uma área de cerca de 4 628 km². Dividido em quatro postos administrativos – Ressano Garcia, Sábie, Pessene e Moamba-Sede – a sua localização geográfica concede-lhe enormes oportunidades por

Destaques nesta edição:

Moamba apresenta-se ao Mais-Valia	1
BM alerta para endividamento à Banca Comercial	5
Central de Atendimento ao Contribuinte da AT	7
Cadeia de Valor dos Hidrocarbonetos	10
Responsabilidade Social da Empresa	13
Oficina Literária: Emmy Xyx	14
Entre-Nós: Flora Maússe	16



Editorial

“Si Vis Pacem, Para Bellum (se quiser paz, prepare-se para a guerra)”

Não se trata de um apelo belicista. Na verdade, este é um provérbio latino, do autor romano *Publius Flavius Vegetius Renatus* em seu livro *“Epitímia Rei Militaris”* escrito em 390 D.C e que geralmente é interpretado como se referindo ao facto de que a paz só pode ser obtida através da força, mas no sentido de que, segundo o autor, uma sociedade só será forte se ela for menos apta a ser atacada por inimigos. E entenda-se por inimigos, os invasores, opressores ou colonizadores.

Um olhar atento, aos últimos acontecimentos registados na região Centro do país, e às constantes e sistemáticas ameaças de retorno a guerra se esta ou aquela condição não for satisfeita conduz-nos, inevitavelmente, à aplicação do provérbio acima apenas com uma pequena variante em relação à interpretação que o seu autor

dá: Que em Moçambique a paz está sim condicionada ao recurso à guerra. Só que, a uma guerra entre irmãos da mesma nação que, nessa qualidade, deveriam viver em harmonia, sem dominação, nem ganância ou fome, mas fraternalmente, compartilhando a vida, no dia-a-dia e interagindo nas suas diferenças.

No dia 4 de Outubro, e sob clima de tensão, os moçambicanos recordaram a passagem dos 21 anos da assinatura do Acordo Geral de Paz, entre o Governo moçambicano e a Renamo em Roma, capital da Itália. E a questão que se coloca é a seguinte: Estarão Moçambique e os moçambicanos realmente em paz?

O país está a crescer a olhos vistos, disso não existem dúvidas. Há abundância de recursos minerais, mais instituições de ensino, de todos os níveis e áreas de especialização, mais

unidades sanitárias, mais estradas asfaltadas e outras ainda em construção e/ou reabilitação, mais serviços de telefonia móvel e fixa, etc. Então, por que não podem, os moçambicanos, desfrutar destas conquistas na sua plenitude, num ambiente de paz em toda a acepção da palavra?

Os moçambicanos vêm-se obrigados a alterar a sua vida quotidiana porque é impossível imaginar uma rotina diária que implica a ida para o emprego ou para a escola, quando a própria sobrevivência está em causa. Projectos futuros são praticamente impensáveis, ficam cada vez mais limitados e vão perdendo significado, porque viver mais um dia torna-se o único objectivo. A ameaça constante do recurso à guerra, a destruição das infra-estruturas do país, as marcas psicológicas da guerra civil que ainda perduram, mesmo passados 21 anos e o nível de violência nas estradas nacionais a que as pessoas assistem indefesas e impotentes, geram inseguranças que fazem esquecer qualquer ambição pessoal.

Isto acarreta, naturalmente, graves consequências: Se o estado de ânimo do país é de ansiedade e de temor, os investidores não irão investir porque não há “clima” para investir; os bancos não farão empréstimos porque é muito arriscado; os gestores não irão gastar porque o momento é crítico e os consumidores não comprarão para pouparem dinheiro de forma a fazerem face às incertezas do amanhã. Consequentemente, a economia nacional fica negativamente afectada dado que o volume de negócios e de receitas a gerar pelos agentes económicos diminui e diminuem, também, os impostos a colectar. Os moçambicanos vivem num ambiente similar ao do tempo da guerra-fria onde, embora a guerra fosse improvável, a paz no mundo, era totalmente impossível. A guerra era improvável porque o poder de destruição das super-potências (A União Soviética, comunista e os



Estados Unidos da América, capitalista) era tão grande que um confronto generalizado seria, com certeza, o último. A paz era impossível porque os interesses de capitalistas e de comunistas eram inconciliáveis por natureza (O chamado equilíbrio do terror!).

Mas serão os interesses dos moçambicanos tão inconciliáveis que possam colocar em causa o que tanto lhes custou conquistar e construir? Não deveriam a cultura e o espírito da paz ser uma realidade na vida de todas as pessoas e nações?

É recomendação da Organização das Nações Unidas, que as nações de todo o mundo cultivem a paz porque os cidadãos do mundo almejam uma cultura de paz. Não a paz passiva da indiferença amarga e alienada, mas a paz participativa e engajada, da inclusão social que acredita na possibilidade de um outro mundo que viva integrado e o constrói com acções positivas. Um mundo cooperativo e uno!

Tal como os cidadãos do mundo que se mobilizam em busca da paz e sonham em verem os equipamentos bélicos transformados em suprimentos agrícolas, materiais escolares, equipamentos hospitalares e em tudo aquilo que possa melhorar a educação, a saúde e a cultura dos povos, os moçambicanos também querem e têm direito à paz. A paz feita de preparação para a paz autêntica e sadia *“Si Vis Pacem Para Pacem”* (se quiser a paz faça a paz) e não fictícia e doentia, forjada, feita de preparação para a guerra e violência *“Si Vis Pacem Para Bellum”!*

Todos Juntos Fazemos Moçambique!

A Directora
Berta Macamo

A mundzuku ka ina (Concl.)

possuir um clima propício para a agricultura. É atravessado pelo Rio Incomáti e seu afluente Sábie, que permitem irrigar os campos e fornecer água para o gado.

No que diz respeito à agricultura, este distrito produz, em grandes quantidades, batata-reno, milho e vegetais para os mercados de Maputo e Matola. Está em curso também um projecto de plantio da banana, um investimento da Bananalândia, que irá ocupar uma área de cerca de 5000 hectares e empregar cerca de 7500 trabalhadores até 2020.

Sinais de crescimento

Maria Ângela Manjate, administradora da Moamba, considera que o distrito de registou um grande crescimento ao longo dos últimos anos, tendo em conta que a população do distrito melhorou o nível de vida. Houve ainda desenvolvimento nas áreas de saúde, educação, infra-estruturas, energia, segurança, finanças entre outras.

Segundo Manjate, Moamba conta actualmente com uma população de gado bovino de cerca de 60 000 cabeças. A nível do sector da educação regista um aproveitamento de 72 por cento, onde há a destacar a diminuição de desistências da rapariga no ensino, graças a programas de sensibilização em curso no distrito. É de salientar ainda a alfabetização, que tem registado muita adesão e não só, os filhos são também sensibilizados a ensinar os pais a ler e escrever. No sector da saúde conta com um centro de saúde em cada posto administrativo, mas está neste momento, a necessitar de mais quadros da saúde com vista a responder a procura por estes serviços.

No que diz respeito a colecta de receitas, a nossa entrevistada assinalou que: **“estes grandes projectos praticamente não somos nós que cobramos, eles pagam directamente na central. Mas em termos de receitas aqui do distrito, todas as**

fontes nós cobramos. É verdade que ainda não conseguimos cobrar de todas elas mas por aquilo que é a cobrança de receitas neste momento aqui no distrito, já é um dado elevado. Estamos a conseguir suprir as metas programadas”.

Cidadania fiscal em alta, mas falta um Posto Fiscal

A Educação Fiscal goza um papel fundamental no aumento registado das receitas cobradas ao nível do distrito, e esta é feita com o envolvimento de todos os sectores da comunidade, com particular destaque para os líderes comunitários. **“Uma das tarefas dos líderes comunitários e secretários de bairro é a de cobrar os impostos, e eles têm trabalhado com as próprias comunidades para pagarem os impostos e educá-las sobre a importância do imposto”**, sublinhou a administradora.

Mas uma das grandes preocupações do distrito é a instalação de um posto fiscal, onde os contribuintes possam pagar os seus impostos, tratar assuntos de natureza fiscal, incluindo o Número Único de Identificação Tributária (NUIT) porque até ao momento os contribuintes e potenciais contribuintes devem deslocar a Matola ou Cidade de Maputo.

Disse a nossa entrevistada que um dos maiores desafios para o distrito é a instalação de fábricas de processamento para os produtos agrícolas e para a carne, o que iria contribuir para incrementar o desenvolvimento do distrito e oferta de emprego.

Mega Energia

O distrito de Moamba conta actualmente com um mega de investimento energético, de transformação do gás natural em energia eléctrica, no posto administrativo de Ressano Garcia, energia essa que é exportada para a vizinha África do Sul, Namíbia e uma parte para o

consumo interno (em Moçambique). A administradora da Moamba disse **“este investimento vai aumentar a capacidade de energia tanto para Moamba como para o país. Vai diminuir a dependência de externa em termos de energia. Vai fazer com que surjam outros projectos de desenvolvimento e tratandose dum projecto macro irá fazer com que surjam outros projectos ao redor”.**

Este investimento está a gerar emprego para a população de Moamba e de outros cantos do país. A aposta será na formação da mão-de-obra local. Estão ainda a decorrer estudos para a instalação da Barragem Moamba-Major, que irá produzir energia e fornecer água a Moamba e à província do Maputo no geral. Segundo a sua administradora, este empreendimento irá também contribuir para o surgimento de novos investimentos, o que vale dizer que o desemprego tem dias contados e Moamba irá ocupar um lugar do destaque quando falarmos de grandes investimentos no país. No que diz respeito a expansão da rede eléctrica Maria Ângela Manjate frisou que **“optámos primeiro por melhorar a qualidade e depois expandir”.**

Uma vez que o distrito está quase todo electrificado, os novos projectos em curso irão certamente garantir que não falte energia para ninguém em Moamba.

Reassentamento da População: Um Caso Exemplar

Quando se fala de reassentamento da população, Moamba é um exemplo a seguir. Temos visto pelo país, casos de reassentamento não tão bem sucedidos. Moamba acaba sendo um exemplo. No âmbito da instalação da Fronteira da Paragem Única em Ressano Garcia, várias pessoas tiveram que ser movimentadas das suas residências para outro local e este processo foi efectuado de forma pacífica e com sucesso.

Questionada a administradora sobre qual teria sido o segredo, disse: **“o segredo é o trabalho na comunidade, porque houve seu envolvimento neste processo todo da concepção da Fronteira de Paragem Única, e isso foi muito bom. Não se dava nenhum passo sem se falar com a comunidade. Primeiro, com os nossos líderes comunitários e estes com a comunidade, e depois envolveu-se toda a população”.**

Disse ainda que **“nestes processos de reassentamento, quando não se cumpre com a tradição local, arranja-se problemas. É preciso saber qual é o espaço que a pessoa tinha, o tipo de casa que tinha e explicar que tipo de casa a pessoa vai ter após o reassentamento. E tudo isto foi feito interagindo e sem nenhuma imposição”.**

Presentemente, está a decorrer um estudo para o reassentamento das populações que ocupam o local onde será instalada a Barragem Moamba-Major. **“Primeiro estamos a ver quem são as pessoas a ser abrangidas e o que é que dispõem nos espaços que ocupam”**, disse. A segunda fase será identificar os lugares para onde as pessoas vão, bem como os meios para a sua movimentação até ao destino final. **“Nós, africanos, geralmente construímos a nossa casa ao lado das campas dos nossos pais e avós. Havendo um processo de reassentamento, será preciso exumar e transladar as ossadas connosco. Eis porque é preciso respeitar os ritos locais, consultando os líderes tradicionais para que se volte a enterrar pacificamente os defuntos”**, concluiu.

E foi com estas perspectivas animadoras transmitidas pela sua administradora e face ao que pudemos constatar no local, que demos por encerrada esta reportagem dizendo que Moamba é o nosso futuro, ou como se pronunciam os locais: **“a mundzuku ka ina”**. MV

ENH preocupada com custos de combustível

Texto de *Liège Vitorino*

O Presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), Nelson Ocuane, manifestou interesse na promoção de projectos que contribuam para a redução do combustível importado no país. Ele falava durante a X sessão do Conselho de Fiscalidade, que decorreu em Agosto último, na Cidade de Maputo, disse ser importante encontrar alternativas de forma a inverter-se o actual cenário no futuro.

No seu entender são projectos que no futuro poderão ser implementados e de alguma forma ajudar no desenvolvimento económico do país. Acrescentou que, neste momento, o país importa em 100% o combustível, o que tem criado uma sobrecarga extremamente elevada na balança de pagamentos do Estado.

O PCA da ENH deu o panorama

ma dos últimos desenvolvimentos da indústria de hidrocarbonetos e os desafios dos próximos anos. Falou da organização do sector, a partir do Ministério dos Recursos Minerais que representa o Governo na gestão dos recursos naturais, passando pela entidade reguladora, no caso do Instituto Nacional de Petróleos, que prepara toda a regulação e propõe ao Ministério que por sua vez leva ao Conselho de Ministros para sua aprovação dependendo das matérias se são da competência do Conselho de Ministros ou da Assembleia da República. A parte comercial compreende empresas nacionais e internacionais e o interesse participativo do Estado é gerido pela empresa nacional de hidrocarbonetos, acrescentou.

Moçambique na pesquisa de hidrocarbonetos concentra-se em duas bacias principais,

nomeadamente a bacia de Moçambique que vai desde a zona de Pebane para o sul onde está situado o campo Pande – Temane, que neste momento está em fase de produção e a bacia do Rovuma que parte da fronteira de Pebane até a fronteira com a Tanzânia, no caso vertente até ao leito do rio Rovuma que possui recursos substanciais de gás natural.

Referiu que, nestas duas bacias existem onze concessões, dez das quais ainda em fase de pesquisa e duas que estão na fase de produção. A ENH participa em todas essas concessões com interesse participativo que varia entre 10 a 25%, disse.

Ocuane apresentou o mapa que ilustra as recentes descobertas feitas na bacia de Moçambique onde está instalado o campo de Temane e a bacia do Rovuma onde neste momento foram descobertas reservas substanciais de gás natural em Moçambique.

Citou algumas das premissas da ENH que assentam na missão e valores, tendo dito que é pretensão garantir que haja um centro de excelência no país e que nos próximos anos assuma a operação desta complexa actividade que se circunscreve na pesquisa e produção de hidrocarbonetos feita através de um contrato – programa.

Moçambique situa-se na parte Este de África e as grandes províncias de pesquisa e produção de hidrocarbonetos são a província Este Africana, a província Centro Africana e a província Norte Africana. Em termos de pesquisa – produção, a comparação que é feita, por exemplo, a província Este Africana possui 600 furos comparada com a Oeste Africana, que possui 12 mil furos e a Norte Africana com 19 mil furos. Isso quer dizer que o nível de pesquisa que temos ainda é insuficiente.

Mesmo assim há descobertas substanciais que estão sendo encontradas devido ao trabalho intenso que está sendo feito”, sublinhou.

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

Observou, no entanto, que depois da descoberta é preciso produzir. Na produção racional de gás natural deve-se entender os objectivos de cada um dos intervenientes. **“Existiam as empresas internacionais cujo objectivo fundamental é o retorno do investimento que é feito, e por isso quanto mais cedo produzir e com maior celeridade vai cobrar os investimentos enquanto que o interesse nacional é sempre a sustentabilidade. O nosso papel é garantir que ao produzir-se o reservatório não seja destruído. E o tempo de pesquisa e produção são 30 anos e nós como país não temos tempo. O nosso horizonte está acima dos 30 anos e o nosso papel é de criar os equilíbrios necessários para que esta produção seja feita de forma racional e sustentável”**, juntou.

Esclareceu que o tempo de pesquisa é de 30 anos e Moçambique como país não tem tempo. **“O nosso horizonte está acima dos 30 anos e o nosso papel lá é de criar os equilíbrios necessários para que essa produção seja feita de forma racional e sustentável”**, disse.

Considerou que, a outra preocupação é desenvolver o mercado nacional. A propósito disse que, recentemente, foi aberta uma empresa de logística, com objectivo de absorver os serviços que são prestados à indústria os quais neste momento são feitos por empresas estrangeiras.

“Queremos que esses serviços sejam feitos por moçambicanos e que haja transferência de conhecimentos na medida e com experiência necessária que possam ser implementados. Vamos continuar a trabalhar e a envolver o sector privado”, acrescentou. **MV**

AT e Bancos rubricam acordo para intermediar cobranças



Entretanto, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), representada pelo Presidente, Rosário Fernandes e os representantes dos Bancos Barclays, Procredit e ABC, assinaram no dia 16 de Agosto de 2013, um Acordo de Adesão que visa a intermediação da cobrança de receitas aduaneiras e respectivos anexos. Testemunharam a cerimónia que teve lugar à margem da realização da 10ª Sessão do Conselho de Fiscalidade, na Cidade de Maputo, destacados quadros de várias instituições, Peritos de Reconhecido Mérito, membros da CTA, especialistas, do Sector Informal entre outros convidados. **MV**

Banco de Moçambique: Aumenta Endividamento do Sector Privado à Banca Nacional

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) reuniu-se em 10 de Setembro do corrente, na sua nona sessão ordinária do presente ano, tendo apreciado o Documento de Política Monetária, que reporta a informação económica e financeira referente aos meses de Julho e Agosto, bem assim os desenvolvimentos mais recentes que se referem ao presente mês, para alguns indicadores, segundo um comunicado enviado ao “Mais-Valia”, onde se apresentam as principais medidas para garantir o cumprimento do programa macro-financeiro de 2013

Conjuntura económica e financeira internacional e regional

Indicadores económicos reportados ao segundo trimestre de 2013 continuam a sinalizar uma gradual recuperação das economias dos Estados Unidos da América (EUA), Japão, Reino Unido e Zona Euro. Segundo informação recente, nos Estados Unidos da América (EUA) o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) real acelerou em 30 pontos base (pb) em relação ao trimestre anterior, para 1,6%, 20 pb acima da estimativa anterior; na Zona Euro a recessão desacelerou em 50 pb, levando a uma contracção mais baixa do PIB anual (0,5%); e no Japão a actividade económica expandiu em 0,9%, após 0,3% no trimestre anterior. O optimismo quanto a uma recuperação mais sólida da actividade económica no terceiro trimestre são dadas pelas estatísticas de desemprego referentes a Julho de 2013, que apontam para um recuo em 20 pb nos EUA, para 7,4%, 10 pb no Japão, para 3,8%, tendo-se mantido em 12,1% na Zona Euro. Ainda no grupo das economias desenvolvidas, registou-se uma aceleração da inflação anual em Julho nos EUA e no Japão, para 2,0% e 0,7%, respectivamente, tendo-se mantido em 1,6% na

Zona Euro e desacelerado para 2,8% no Reino Unido. As primeiras estimativas de inflação na Zona Euro para Agosto indicam uma desaceleração em 30 pb. Ainda em Agosto, o Dólar dos EUA manteve-se forte face à Libra e Yen, mas registou perdas nominais em relação ao Euro. Neste mês, os bancos centrais destas economias decidiram pela manutenção das suas taxas de juro de política monetária.

Nas economias de mercado emergentes do Brasil, China, Coreia do Sul, Índia e Rússia, dados referentes ao segundo trimestre de 2013 indicam uma aceleração do crescimento anual do PIB no Brasil em 1,4 ponto percentual (pp), para 3,3% e uma desaceleração na Índia e Rússia, para 4,4% e

cutivo, aumentou em 50 pb a sua taxa, fixando-a em 9,0%.

Desenvolvimentos na Economia de Moçambique

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que no mês de Agosto de 2012 o Índice de Preços no Consumidor da cidade de Maputo registou, pelo quarto mês consecutivo, uma variação mensal negativa em 0,50%, após registar variações igualmente negativas em 0,34% e 0,07% em Julho último e Agosto de 2012, respectivamente. Como resultado, a inflação acumulada e anual manteve a tendência de queda, reduzindo para 1,63% e 4,49%, respectivamente, enquanto a taxa média anual incrementou ligeiramente

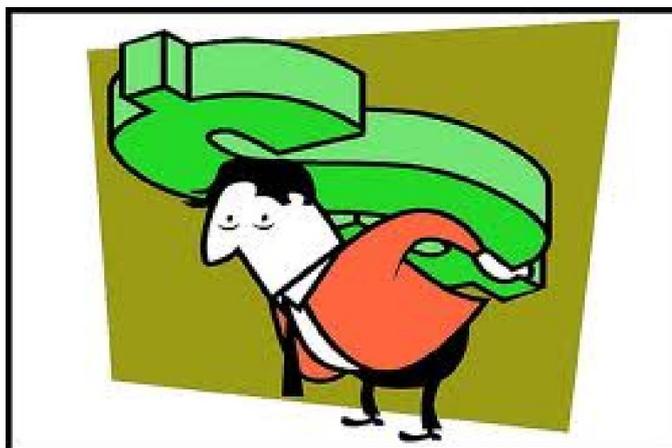
pela variação positiva dos preços do coco, do carvão vegetal e da carne bovina.

O IPC de Moçambique, que agrega os índices dos preços das cidades de Maputo, Beira e Nampula, teve um comportamento idêntico ao da cidade de Maputo, ao registar uma variação negativa de 0,25%, após uma redução de 0,23% e 0,02% em Julho de 2013 e Agosto de 2012, respectivamente. Refira-se que o comportamento do IPC de Moçambique em Agosto de 2013 foi sustentado pela queda do nível geral de preços nas cidades de Maputo e Beira (0,15%), amortecido pelo incremento no índice observado na cidade de Nampula (0,06%). Em termos acumulados e homólogos, a inflação agregada das três cidades desacelerou para 1,76% e 4,34%, respectivamente, enquanto a inflação média anual acelerou para 3,53%.

Dos factores económicos e financeiros que sustentam o comportamento recente da inflação em Moçambique continuam a destacar-se a estabilidade do Metical no mercado cambial doméstico, a manutenção dos preços administrados, bem como os factores sazonais, propícios à produção de frutas, vegetais e leguminosas.

Ainda de acordo com o INE, dados referentes a Julho de 2013 apontam para a manutenção do abrandamento do indicador de confiança empresarial, expresso pelo Índice de Clima Económico, iniciado no mês anterior e justificado pelo efeito conjugado da deterioração das perspectivas de procura e de emprego. Em termos sectoriais, destaca-se a avaliação negativa efectuada pelos empresários de todos os ramos de actividade, à excepção dos da construção, que mantiveram as suas opiniões, e dos sectores dos transportes e comunicações, que esperam sinais de melhoria nas suas actividades.

No sector monetário, dados provisórios relativos a Agosto



Cortesia: <http://www.viamaxi.com.br>

1,2%, respectivamente. Em Julho, a inflação desacelerou no Brasil (6,3%), na Índia (9,6%) e na Rússia (6,5%), manteve-se na China (2,7%) e acelerou na Coreia do Sul (1,4%). No mercado cambial, o Dólar dos EUA manteve-se forte em relação ao Real do Brasil, à Rupia da Índia e ao Rublo da Rússia, mas fraco perante o Yuan da China e o Won da Coreia do Sul. Em Agosto, os bancos centrais deste grupo de economias decidiram, no geral, pela manutenção das suas taxas de juro de política, à excepção do Brasil que, pelo segundo mês conse-

para 3,60% em Agosto do corrente, após 3,32% em Julho. A semelhança do que se observou nos meses anteriores, a divisão dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas continuou a ser preponderante para o comportamento do IPC no período em análise, ao contribuir com uma variação negativa de 0,50 pp. Os preços que tiveram maior impacto na variação negativa do IPC no mês de Agosto, destacar os do tomate, da cebola, do feijão-manteiga, do amendoim, do alface, do repolho, da cenoura, do frango, do pimento, da couve e da batata-reno, que foram contrariados

Aumenta Endividamento do Sector Privado à Banca Nacional (Concl.)

do corrente ano mostram que o saldo da base monetária, variável operacional de política monetária, foi de 43.193 milhões de meticais, 624 milhões de meticais abaixo das estimativas feitas para o período. O saldo observado corresponde a um incremento mensal de 658 milhões de meticais, decorrente do aumento das reservas bancárias em 613 milhões de meticais e das notas e moedas em circulação em 44 milhões. Em termos acumulados, registou-se uma expansão de 2.107 milhões de meticais na base monetária, tendo-se observado uma variação anual de 22,5%.

Dados provisórios das contas monetárias referentes a Julho indicam que o endividamento do sector privado e particulares junto do sistema bancário nacional aumentou no mês em 4.140 milhões de meticais, para um saldo de 136.889 milhões de meticais. Em termos acumulados, este saldo traduz um aumento do crédito do sistema bancário ao sector privado em 19.076 milhões de meticais e corresponde a uma variação homóloga de 32,1%. Enquanto isso, o agregado mais amplo de moeda (M3), composto pelas notas e moedas em circulação e depósitos de residentes, excluindo os do Estado, aumentou no mês em 4.950 milhões de meticais, para um saldo de 194.900 milhões, o que representa uma variação anual de 23,4%.

No sector externo, informação provisória referente ao final de Agosto de 2013 indica que as reservas internacionais líquidas aumentaram em USD 407 milhões no mês, para um saldo de USD 2.825 milhões. Esta melhoria decorreu do depósito nas contas do Estado de USD 400 milhões referentes a receitas de mais-valias sobre a venda de activos efectuada pela ENI, valor adicionado à entrada líquida de USD 32,2 milhões para diversos projectos do Estado, aos USD 13,2 milhões de rendimentos líquidos de aplicações no exterior, aos USD 8,8

milhões de desembolsos de donativos e aos USD 6,5 milhões de remessas de mineiros. Estas entradas foram amortizadas pelas vendas líquidas de USD 19,9 milhões efectuadas pelo Banco de Moçambique no Mercado Cambial Interbancário (MCI), pelo pagamento de USD 9,2 milhões da dívida externa e pelos USD 5,9 milhões transferidos pelos bancos comerciais para contas dos seus correspondentes no exterior. Em termos de reservas internacionais brutas, o saldo do final de Agosto equivaleu a 6,5 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

No último dia de Agosto, o Metical esteve cotado a 29,85 por Dólar dos EUA no MCI, representando uma depreciação acumulada de 1,15% e anual de 4,04%. Relativamente ao Rand, o câmbio cruzado foi de 2,91 meticais, equivalente a uma apreciação nominal do Metical de 3,64% no mês e 14,91% em termos de variação homóloga. A estabilidade nominal do Metical, num contexto de inflação baixa, tem permitido manter o nível de competitividade externa da economia sinalizado pela taxa de câmbio efectiva real.

No mesmo mês, as taxas de juros médias ponderadas dos Bilhetes do Tesouro para as maturidades de 91 dias, 182 dias e 364 dias aumentaram em 15 pb, 2 pb e 11 pb, para 5,10%, 6,52% e 7,13%, respectivamente, no Mercado Monetário Interbancário (MMI). Em termos anuais, os incrementos foram mais expressivos para a maturidade 91 dias (1,32 pp) e de 364 dias (66 pb). Por seu turno, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito no MMI aumentou no mês para 3,41%, representando uma redução de 45 pb quando comparado com o período homólogo.

No mercado a retalho, a taxa de juro média praticada pelos bancos comerciais nas operações de empréstimos à sua clientela, com prazo de um ano, manteve-se nos 20,17% em Julho. Para a

mesma maturidade, a taxa de juro média dos depósitos praticamente manteve-se em redor dos 9,35%. No período, a prime rate média do sistema bancário reduziu para 15,30%, em Julho, sendo que, dados mais recentes, reportado ao final do mês de Agosto para a manutenção da tendência de redução da prime rate, tendo a média se situado 14,97%.

Ao nível das economias da SADC, designadamente África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, dados preliminares reportados ao segundo trimestre de 2013 apontam para uma aceleração do crescimento anual do PIB na África do Sul em 10 pb, para 2,0%. Em Julho, a inflação acelerou para 6,3% na África do Sul, posicionando-se acima do limite superior da meta de inflação estabelecida pelo South African Reserve Bank (6,0%), tendo-se mantido na Zâmbia (7,3%) e nas Maurícias (3,6%), desacelerado em Angola (9,0%), no Botswana (5,7%), no Malawi (25,2%), na Tanzânia (7,5%) e no Zimbabué (1,3%). Em Agosto, o Dólar dos EUA manteve a tendência para fortalecimento face a todas as moedas das economias da região. A maioria dos bancos centrais dos países da região decidiram pela manutenção das suas taxas de juro de política, à excepção dos de Angola e do Botswana, que reduziram as respectivas taxas em 25 pb e 50 pb, para 9,75 e 8,0%, respectivamente.

Nos mercados internacionais, prosseguiu em Julho a tendência geral de redução dos preços médios das principais mercadorias com peso significativo na balança de pagamentos de Moçambique, quando comparados com o período homólogo de 2012, destacando-se as reduções dos preços do açúcar (28,1%), carvão metalúrgico (22,1%), ouro (19,2%), milho (16,2%), trigo (11,9%), carvão térmico (7,4%), arroz (6,9%), alumínio (5,7%) e gás (3,5%). No mesmo período, registaram-

se aumentos dos preços do algodão (10,3%) e Brent (5,3%). A tendência de redução de preços observa-se igualmente quando se compara com o mês anterior, à excepção, do preço do Brent, que no mês aumentou 4,5%. Dados referentes ao final de Agosto indicam que o preço do barril de petróleo incrementou em 3,8%, para USD 117,92. A cotação do barril de petróleo no dia 9 de Setembro de 2013 foi de USD 117,14.

Política Monetária

O Comité de Política Monetária tomou nota das tendências de recuperação nas economias mais avançadas, contrariadas pelos sinais de abrandamento da actividade económica nas economias emergentes, facto associado à volatilidade dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, em particular do petróleo.

Relativamente à conjuntura económica doméstica, o CPMO registou a tendência para um maior alinhamento da inflação aos objectivos estabelecidos para 2013 e 2014, tendo considerado importante manter a postura de política monetária prudente perante os riscos prevalentes na conjuntura internacional. Assim, o Comité de Política Monetária deliberou:

- Intervir nos mercados interbancários para garantir que a base monetária não ultrapasse 43.817 milhões de meticais, em Setembro de 2013;
- Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 8,75%;
- Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 1,50%; e
- Manter o coeficiente de Reservas Obrigatórias, fixado em 8,0%. **MV**

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

Central de Atendimento ao Contribuinte já em fase experimental

- segundo a Dra. Neyma Tamimo, gestora do projecto ao Boletim “Resenha Informativa”

Entrevista conduzida por **Liége Vitorino**



A Administração Fiscal acaba de instalar um novo meio de acesso dos contribuintes aos seus serviços. Trata-se da implantação de uma central de atendimento que está a funcionar em regime experimental no País. A iniciativa compreende a primeira fase do Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte, que se circunscreve no âmbito das reformas em curso levadas a cabo pelo Executivo.

Em entrevista exclusiva ao “Resenha Informativa” do projecto e-Tributação, que transcrevemos com a devida vénia, a Gestora do Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte na Autoridade Tributária (AT), Neyma Tamimo, afirmou que, o novo serviço vai facilitar sobremaneira a interacção com o contribuinte que através da rede fixa ou móvel em qualquer parte do território nacional e do estrangeiro, poderá discar para o número **1266**, e obter quaisquer esclarecimentos sobre as suas dúvidas em matéria de fisco.

Resenha Informativa (R.I.) – Dra. Neyma Tamimo, em termos concretos, o que consiste o projecto de modernização dos serviços do contribuinte?

Neyma Tamimo (N.T.)- De uma forma muito simples, como o próprio nome já diz, é um projecto virado à modernização de serviços que vão de encontro ao contribuinte. Estamos a falar da sua própria comodidade. São serviços desti-

nados a melhorar tanto o atendimento como a forma de nós prestarmos serviços ao contribuinte.

O projecto foi dividido em duas fases, sendo a primeira relacionada com uma Central de Atendimento a qual vai ajudar os nossos contribuintes a diminuir ou a deixar de percorrer longas distâncias para efectuar um contacto com a Autoridade Tributária (AT). Porque muitas das vezes eles têm algumas dúvidas e não tem outro meio de contacto senão o presencial nos nossos balcões ou nas nossas Áreas Fiscais, então, com este serviço nós vamos ajudar a reduzir a distância que o contribuinte percorre para contactar a AT. Também vamos aproximar mais ao contribuinte porque é um serviço em qualquer lugar onde ele estiver poderá ligar e ver a sua solicitação esclarecida.

R.I. Por exemplo, nos locais onde existem problemas de acesso de energia eléctrica, qual foi a estratégia desenhada para atender a estas situações?

N.T. - Tendo em conta todas estas vertentes, tanto de limitações tecnológicas e/ou de infra-estrutura mas porque algumas coisas são dependentes umas das outras, temos de ir avançando com a disponibilização dos serviços. Os que estão melhores preparados são os primeiros a serem usados, enquanto são tratados outros aspectos, para que outras unidades possam também gradualmente funcionar.

Por exemplo, nesta primeira fase, não nos iremos prender muito em termos de limitações, tais como, a falta de corrente eléctrica ou de falta de tecnologia na que tange ao uso de tecnologia de acesso à Internet.

R. I. Porquê?

N.T. - Porque mesmo aquela pessoa que está no Distrito hoje em dia tem sempre um celular. Ele pode não ter energia mas tem sempre uma bateria que pode carregar. Ele usa o fogão, usa a bateria para carregar o seu aparelho de telefone ou para assistir televisão, então terá sempre como chegar à AT. Vai deixar de ter que percorrer longas distâncias para ir à AT pedir esclarecimento. Ele continuará a ir para cumprir com determinadas obrigações fiscais, mas em termos de esclarecimento ele apenas irá usar o seu telemóvel ou a sua linha fixa para contactar.

R.I. - Em que consistirá a segunda fase do projecto?

N.T. - Quando chegarmos à segunda fase do projecto, que consiste na implementação de um portal do contribuinte, ele terá também a vida um pouco mais facilitada, porque aí ele vai reduzir ainda mais o percurso com a AT, porque para ele fazer o cumprimento da sua obrigação fiscal poderá não necessariamente ter que se deslocar à Área Fiscal. Tendo acesso à Internet poderá fazer essa submissão. Naqueles casos em que não poderá ter acesso directo porque ou não está no escritório que tem acesso à Internet, ou esteja numa localidade que ainda o acesso à Internet não chegou, na nossa Área Fiscal ou no nosso posto onde funciona a unidade fiscal existirão unidades móveis preparadas para ajudar na submissão do cumprimento da obrigação fiscal.

R.I. - O que pressupõe o portal do contribuinte?

N.T. - O portal vai ser uma ferramenta tecnológica que vai permitir ao contribuinte que a partir de qualquer parte do mundo neste caso, basta ter acesso à Internet e estar conectado à AT, poder cumprir com a sua obrigação fiscal independentemente de estar no país ou não. Porque nesse momento, por exemplo, se eu não estiver aqui no país e não tiver ninguém que possa ir à AT entregar a minha declaração ou

pagar o meu imposto eu não terei outra forma de aceder.

Com o portal do contribuinte, poder-se-á fazer todas estas operações até a partir da minha casa, ou no meu local de trabalho, sem ter que pedir para me deslocar à Área Fiscal ou ter que pedir uma dispensa para tratar deste assunto. Nessa altura, estando até no estrangeiro, eu conseguirei ter acesso ao portal do contribuinte.

Hoje em dia, existe o portal do cidadão, o portal das Finanças (em Portugal), o portal do Governo (em Moçambique) então será algo também semelhante que pretendemos ver implementado aqui no país.

R.I. - Resumindo, é um serviço novo...

N.T. - Na verdade, este projecto é mais para complementar determinadas acções que estão em curso na AT. Neste caso, o papel das Áreas Fiscais não vai desaparecer naquilo que é o atendimento ao contribuinte. Apenas estamos a criar mais um canal, mais um módulo de interacção com o nosso contribuinte. Não que o atendimento que se fazia na Área Fiscal vai passar a ser reduzido ou eliminado. Continuará a existir. Apenas criamos um novo meio de acesso à AT.

R. I.- Qual é a abrangência do projecto?

N.T. - Em termos de abrangência, o projecto está dividido em duas fases: a primeira está relacionada com a Central de Atendimento. Os contribuintes poderão começar de imediato a ligar para obter informações. Estamos em todo o território nacional porque estes serviços não foram só desenhados para atender a um leque específico de contribuintes. Até aquele contribuinte que estiver em Milange ou Cassacatiza terá acesso a este serviço porque a única coisa que terá que ter é um telefone fixo ou móvel com um crédito ou Internet para nos poder mandar um e-mail ou a um fax.

R. I. - Como foi organizada a equipa que vai operar na Central de Atendimento?

Central de Atendimento ao Contribuinte já em fase experimental

- Concl.

N.T. – Na Central de Atendimento, nós temos um grupo de funcionários da AT, os quais foram seleccionados para fazer o atendimento de todas as chamadas, e-mails, faxes que vierem do lado dos nossos contribuintes. Eles estão preparados para atender a essas solicitações dos contribuintes que vierem por esta via.

R.I. – Em termos de equipamento, o que possui a Central de Atendimento?

N.T. – Na Central de Atendimento foi montado todo um sistema electrónico de gestão destas solicitações, isto é, o contribuinte quando nos liga fica registado no nosso sistema, quem é que ligou, que solicitação pretendia ver solucionada, qual foi a resposta que a AT lhe forneceu nessa solicitação, quem foi o agente ou o funcionário que lhe atendeu, pois isto também lhe ajuda no nosso efeito estatístico no final do dia. Hoje em dia, nós não temos como medir isto, não sabemos quantas pessoas se dirigem aos nossos balcões de atendimento tanto nas Áreas Fiscais como nos Balcões de Atendimento ao Contribuinte. Então, com este sistema poderemos também medir este factor, para além de solucionarmos o problema também do contribuinte.

R. I. – A chamada Linha Verde vai continuar ou aboliu-se?

N.T. – De forma a reduzirmos um pouco o peso do uso das linhas verdes criou-se um único ponto de entrada das nossas solicitações. Não convergiram num único lugar, mas para alguns serviços específicos as linhas verdes vão continuar a existir, mas com esta solução pretende-se que haja um único ponto de entrada para as soluções dos contribuintes.

R.I. – Senhora Gestora, onde se baseia o Call-Center?

N.T. – A central de atendimento está apenas baseada na região Sul, o que não quer dizer que só as pessoas da região Sul é que terão acesso. Qualquer pessoa que tem acesso a um telefone fixo ou móvel terá acesso a este dispositivo de atendimento.

Neste momento, o serviço foi apenas centralizado. Poderia estar apenas a funcionar na região Centro ou Norte, mas por algumas conveniências, em termos tecnológicos, por que a região Sul está melhor preparada para esses desafios ela estará baseada nesta região. Não que no futuro não criemos um local específico com uma central de atendimento. Mas, o contribuinte no final do dia, não saberá se está a ser atendido por um agente que está na região Centro, ou Sul ou então Norte.

R.I. – Fale - nos do regime de operação do Call-Center?

N.T. – Basicamente, os técnicos, os agentes, como nós designamos vão funcionar no regime de dois turnos, sendo um turno no horário da manhã no horário 06.30 horas às 13 horas e outro turno no período 06.30h às 19.30h, isto para também dar um pouco de tempo para aquelas pessoas ou aquelas entidades que funcionam até 17.30 horas, mas normalmente em determinados períodos eles alongam o seu horário de funcionamento. Mas, este é um horário também a título experimental. Posteriormente, poderemos ver que não precisamos de todos estes turnos e fazer um único horário. A demanda dos contribuintes é que vai ditar o nosso posicionamento nesse sentido. Podemos chegar à conclusão que não é necessário funcionar de segunda a sexta, não até às 19.30 horas mas até às 18:00 horas, os contribuintes também irão ajudar-nos a medir esse factor.

R.I. – Pode avançar datas para a entrada em funcionamento?

N.T. – Vamos iniciar sem grandes alaridos, a título experimental, vamos ganhando experiência na utilização das aplicações. É um sistema novo, nunca utilizamos nada idêntico, então é necessário também que haja um período de adaptação para os próprios agentes antes de tornar público o uso de serviço para evitarmos aquele “boom” enquanto os agentes não se sentem ainda confortáveis.

Vamos funcionando num horário normal, eles vão ganhando experiência e familiarizando com o uso do sistema e vão ficando mais à vontade.

R.I. – Em termos de apoio técnico ou tecnológico o que está previsto?

N.T. – Todos estes serviços que nós estamos a implementar tem uma componente forte tecnológica e temos uma equipa virada só para atender este aspecto. Temos os nossos parceiros tecnológicos no caso do Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação do Estado - CEDSIF que também nos dão apoio para complementar o serviço e disponibilizar ao contribuinte.

R.I. – Dra. Tamimo, a modernização dos serviços pressupõe a componente de recursos humanos habilitados profissionalmente e meios à altura para exercer determinada tarefa. Concordaria comigo nesse aspecto?

N.T. – Sem sobra de dúvidas, porque sem esses factores por mais aparato tecnológico que a pessoa tiver se o recurso humano e financeiro não existir, não podemos levar a cabo essas acções. Nesse caso específico, nós tivemos o cuidado de preparar as pessoas, com determinadas formações para que possam estar minimamente preparadas para levar a cabo este serviço. Tanto em termos de utilização da própria ferramenta tecnológica como no atendimento ao contribuinte, como se dirigir, como falar com ele, tudo isto foi acautelado.

R.I. – Com quantos funcionários é que o Projecto conta?

N.T. – É assim: o projecto em si tem uma equipa pequena que é composta por três pessoas. Uma ligada à área de Gestão, uma às Finanças e a outra à área de Logística e Procurement. Depois complementamos com o conjunto de agentes que neste momento totalizam dez. Temos também o auxílio de um tradutor e de uma secretária.

R.I. – Quais foram as dificuldades enfrentadas ao longo do processo?

N.T. – A primeira delas foi primeiro poder ter acesso as pessoas que poderiam nos ajudar a levar a cabo esta tarefa. Estamos a falar concretamente da selecção das pessoas que deveriam trabalhar na central. Há sempre o cuidado nesse sentido. O outro aspecto foi também em relação aos desdobros que acabaram saindo ligeiramente tarde, o que atrasou algumas actividades que dependiam da existência destes recursos que também há pouco tempo me referia para poderem ser executadas. Por exemplo, era necessário levar a cabo um programa de estágio em que os funcionários fossem a uma AT de um país vizinho e ficassem lá a estagiar, a acompanhar como é que o serviço funciona, como é que é feito. Então, sem essas pessoas não era possível ter desdobros para essa actividade. Então, tudo isso acabou condicionando um pouco o processo.

R. I. – Qual é a engenharia financeira alocada para o projecto?

N.T. – Em termos de financiamento, nós temos um apoio financeiro de uma organização que se chama ICF - Investment Climate Facility for Africa. Foram eles que contribuíram para que este processo pudesse ser levado a cabo. Estamos a falar num valor global do projecto totalizado em 1.168.400 dólares, na qual a componente do ICF iria contribuir com cerca 64% contra os 36 do Governo de Moçambique. Estamos a falar de cerca de 747.500 dólares por parte do ICF e o remanescente por parte do Governo, para a primeira fase do projecto. Para a segunda fase que comporta o portal irão decorrer novos processos de negociação de forma a fechar o pacote.

R.I. – Desafios?

N.T. – É operacionalizar a Central de Atendimento. Já fizemos algumas demonstrações do funcionamento do serviço, este é o nosso grande desafio. Pôr a máquina a andar, pois está tudo a postos. **MV**

Opinião: Uso de Quiosques Interactivos na AT

Por *Hassane Cabir**

Hoje em dia temos verificado a disseminação de Sistemas Interactivos em espaços públicos, dentre os quais se destacam os quiosques interactivos (também denominados de quiosques multimédia). As suas características têm grandemente contribuído para o sucesso da sua implementação, ocupando já um lugar de destaque nas estratégias de difusão de informação, quer em ambientes interiores quer exteriores. O presente artigo contempla uma reflexão acerca dos conceitos inerentes ao desenho e implementação deste tipo de sistema, com particular enfoque nas questões relativas à sua interacção e estratégias de comunicação homem-máquina, em espaços públicos.

Quiosque interactivo é qualquer dispositivo parecido com um computador, para disponibilizar serviços e produtos sem precisar de uma intervenção humana. Estes dispositivos geralmente são instalados em lojas, aeroportos, bibliotecas, cantinas, etc. Os quiosques podem ser usados, por exemplo, para aceder a Internet e ao e-mail, visualizar ficheiros multimédia, obter direcções, e também para gerir filas de espera. De uma forma geral, os quiosques são constituídos por: Cabine, CPU, Monitor e Dispositivos periféricos, como um computador.

Os quiosques interactivos localizados em espaços públicos têm demonstrado grande sucesso, em grande parte devido à sua forma eficiente de disseminação de informação. As motivações por detrás da sua implementação e uso variam, indo desde simples motivos de lazer, passando pela obtenção de bens físicos até ao próprio desejo pessoal de usufruir de determinada informação disponibilizada, no seu quotidiano. No contexto público, são identificadas necessidades de obtenção de informação muito variadas, desde um âmbito muito geral até um elevado grau de especificidade para cada indivíduo. Desta forma, estes sistemas não

pretendem funcionar como um substituto das restantes soluções de acesso à informação, mas sim como um complemento ambiental, inserido num contexto de acesso à informação específico.



Quiosque interactivo usado em ATMs (fonte: Autor)

Os quiosques interactivos são também usados em estratégias de governo electrónico, aproximando o governo dos seus cidadãos, minimizando o fenómeno denominado por “digital divide” (divisão digital, que cria uma separação entre os que tem acesso a tecnologias de informação e comunicação, dos que não tem). Neste contexto, os quiosques interactivos funcionam como uma interface entre o governo e seus cidadãos. Olhando para a realidade da Autoridade Tributária, têm-se verificado grandes enchentes nas DAFs (Direcções de Área Fiscal) por parte dos contribuintes, para o cumprimento das suas obrigações fiscais. Enchentes essas que levantam outros problemas, tais como barulho, dificuldade na circulação de ar, calor, odores desagradáveis e até mesmo riscos de infecção por doenças transmissíveis, como a gripe. Nestes locais, a ordem da fila é baseada na conceito de FIFO (do inglês *first in first out*), que

significa o primeiro a chegar é o primeiro a ser atendido. Todos nós sabemos como funcionam estas filas, o contribuinte deve ficar na fila até ser atendido, nem que demorem horas, qualquer ausência é perigosa, nem que seja por alguns minutos, na medida em que corre o risco de perder a vez.

Explorando a funcionalidade de gestão de filas, os problemas acima referidos, são minimizados, uma vez que o contribuinte ao chegar à DAF, aceda ao quiosque interactivo, selecciona a opção desejada, e de seguida é-lhe impresso um número, identificando a sua posição na fila, e os serviços vão chamando os números, de forma electrónica (por exemplo através de uma painel luminoso informativo que emita um som ao chamar um número), para serem atendidos. Só esta funcionalidade permite descongestionar as DAFs, já que o contribuinte poderá estimar o tempo de espera para ser atendido, permitindo pequenas saídas, sem o risco de perder a vez, e estes não precisam de se aglomerar no guiché.

Outra funcionalidade com grande potencial é a de carácter informativo, já que muitos contribuintes vão a DAF apenas para pedido de informação, sendo obrigados a esperar na fila por longos períodos. Com o uso de quiosques interactivos, este mesmo contribuinte, só terá que aceder ao quiosque, seleccionar a opção desejada e ficar informado, sem necessidade de interagir com o funcionário da DAF.

Sonhando um pouco com o futuro, a implementação de quiosques interactivos nas DAFs, dará ao contribuinte, a possibilidade de submeter informação, como declarações de impostos, pedidos de informação, registo de reclamações e denúncias, e quem sabe até registo de NUIT.

Termino o artigo recomendando vivamente a sua implementação na AT, tenho certeza que os contribuintes agradecerão.



* *M.Sc em TICs e membro da equipa do projecto e-Tributação*

Bibliografia Consultada

- The use of kiosk technology in general practice; Charles Lowe, Debbie Cummings;
- Challenge in the delivery of e-government through kiosks, Dr. Frances Slack (Sheffield Hallam University), Dr. Jennifer Rowley (University of Wales, Bangor);
- Kiosks in grocery stores – boost sales and improve operational efficiency, Zebra Technologies Corporation;
- Kiosks: Improving e-Government and Bridging the Digital Divide;
- Srinivas Bangalore, Michael Johnston, Balancing Data-driven and Rule-based Approaches in the Context of a Multimodal Conversational System, 2004. **MV**



Quiosques interactivos normalmente usados em locais de atendimento público (fonte: Autor)

Reflexão: Cadeia de Valor na Indústria Extractiva de Hidrocarbonetos

Por Domingos M. Muçonto



A indústria extractiva de hidrocarbonetos (petróleo e gás) compreende uma série de actividades e processos diferentes, que realizadas ao longo de todas as fases cobertas pelos “*Contratos de Pesquisa e Produção*” (*Exploration & Production Contracts – EPCs*)

terminam com a transformação dos recursos petrolíferos subjacentes em produtos finais utilizados (combustíveis e derivados e/ou gás liquefeito ou fertilizantes). A Compreensão de como o valor é criado ao longo da cadeia de valor do sector é fundamental para a concepção, desenho e implementação de políticas e estratégias eficazes.

A capacidade de criação de valor pelas empresas é fortemente influenciada pela estrutura e organização do sector em que actuam, que é por sua vez, resultado de decisões políticas dos governos. Algumas políticas, como as relativas ao licenciamento da indústria, participação e contratos, tributação e as políticas destinadas a promoção do emprego e ligações intersectoriais do sector com a economia do país detentor de reservas de hidrocarbonetos tem impactos directos e significativos, daí a relevância desta abordagem analítica tomar como referência o quadro contratual de pesquisa e produção. A teoria ou modelo de análise da cadeia de valor, como foi tornada popular por Porter (1985), investiga a sequência de actividades e processos necessários para levar um *produto* ou *serviço* desde a concepção e aquisição de insumos, produção e distribuição – colocação no

consumidor final; processo que pode ser feito por empresas individuais ou por grupos de empresas cujas cadeias de valor estão interligadas como um sistema de valores, geralmente envolvendo fornecedores, distribuidores/vendedores e clientes para indústrias selecciona-

iii. *P*rocessamento / transformação; e
iv. Transporte, armazenamento e comercialização (Tordo, S., Tracy, B. S. and Arfaa, N., 2011).

A fase de *pesquisa e prospecção* compreende as actividades

pesadas), actividades que exigem alto conhecimento e especialização em áreas como navegação, sismologia, física e geologia.

Tabela: Empresas fornecedoras de bens e serviços à indústria petrolífera por países/regiões

Países/Regiões	Nº de Empresas	% Do Total	% Cumulativa
EUA	2,977	49.1%	49.1%
Reino Unido (UK)	1,038	17.1%	66.2%
Canadá	772	12.7%	79.0%
Outros da Europa	149	2.5%	81.4%
Austrália	146	2.4%	83.8%
França	124	2.0%	85.9%
Noruega	108	1.8%	87.7%
Holanda	96	1.6%	89.3%
Singapura	94	1.6%	90.8%
Outros da América do Sul	61	1.0%	91.8%
China	54	0.9%	92.7%
Alemanha	45	0.7%	93.4%
Itália	40	0.7%	94.1%
Indonésia	38	0.6%	94.7%
África do Sul	30	0.5%	95.2%
Outros da Ásia	27	0.4%	95.7%
Venezuela	26	0.4%	96.1%
Rússia	26	0.4%	96.5%
Outros da Ásia Central	26	0.4%	97.0%
Brasil	23	0.4%	97.3%
Dinamarca	22	0.4%	97.7%
México	21	0.3%	98.1%
Outros de África	21	0.3%	98.4%
Nigéria	18	0.3%	98.7%
Malásia	18	0.3%	99.0%
Tailândia	18	0.3%	99.3%
Nova Zelândia	17	0.3%	99.6%
Correia do Sul	13	0.2%	99.8%
Trinidad e Tobago	7	0.1%	99.9%
Outros da América do Norte	6	0.1%	100.0%
Total	6,061		

Fonte: (Locke, 2004) in Local Content Benefit Capture in Atlantic Canada Oil and Gas Industry

das dentro e fora do país. No caso do presente artigo, considerando o objectivo de avaliar e recomendar algumas medidas e estratégias para maximização do valor social a criar para o país em cada fase do contrato EPC, o foco será a cadeia de valor *social* do sector de hidrocarbonetos (petróleo e gás), que compreende:

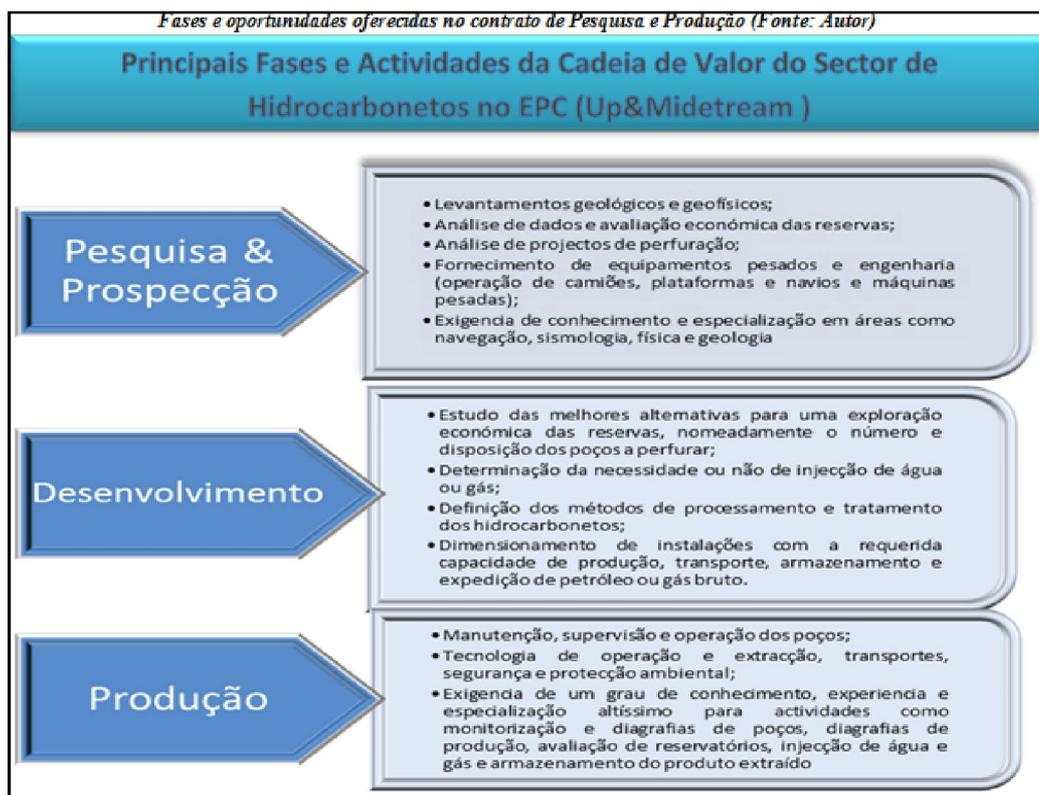
- i. Pesquisa e prospecção;
- ii. Desenvolvimento e produção;

de descoberta e delimitação das reservas de petróleo e/ou gás e começam com a identificação de áreas adequadas para realizar a pesquisa de petróleo e/ou gás, depois da qual, os campos de petróleo são avaliados. As actividades desta fase incluem trabalhos como; levantamentos geológicos e geofísicos para análise de dados e avaliação económica das reservas, análise de projectos de perfuração, fornecimento de equipamentos e engenharia (operação de camiões, navios e máquinas

A complexidade e desafios envolvidos nas actividades de pesquisa e prospecção diferem bastante, dependendo de tratar-se de blocos ou campos no mar – *off-shore* ou na terra – *on-shore*. A exploração de hidrocarbonetos foi inicialmente realizada em campos ou blocos localizados nas zonas continentais (desde o primeiro furo realizado em 1859 em *Titusville, Pensilvânia*, até os anos 1910-30 em que foi iniciada a pesquisa e prospecção nas águas em Louisiana e Golfo do México).

Durante os últimos 40 anos a indústria do petróleo tem sofrido significativas mudanças estruturais. No início da década de 1970, uma série de companhias petrolíferas internacionais, forneciam uma vasta gama de bens e serviços especializados para as actividades de pesquisa e prospecção de petróleo e gás realizadas em terra (zonas continentais). No início de 1990, entretanto, a indústria começou a desenvolver campos e blocos em águas profundas, iniciando-se o seu movimento de *on-shore* para ser predominantemente *off-shore*, áreas que exigem capital humano altamente qualificado e especializado e tecnologias altamente sofisticadas (Klueh, U., Pastor, G. and Segura, Z., 2007). Este movimento acelerou o processo de concentração do fornecimen-

Cadeia de Valor na Indústria Extractiva de Hidrocarbonetos (Cont.)



to dos equipamentos e serviços especializados em poucos grupos de empresas multinacionais, maioritariamente norte-americanas, sediadas em Texas, Louisiana e Golfo de México com filiais e associadas em várias partes do mundo. Portanto, a exigência de avultadíssimos investimentos na construção de grandes plataformas (navios) e no desenvolvimento de instalações de produção/extracção, levou a que cada vez menos empresas tivessem capacidades de aceder a este mercado. Estudos realizados na década de 1980, mostraram que as cerca de 1.000 empresas multinacionais que operavam no sector de pesquisa, prospecção e produção de hidrocarbonetos eram filiais ou relacionadas (controladas) por empresas norte-americanas e as associadas locais eram geralmente de outros sectores, tais como financeiro, de seguros, restauração, etc. (Klueh, U., Pastor, G. and Segura, Z., 2007). A concentração acima referida levou a que as multinacionais que concorrem na provisão de equipamentos e serviços a esta

indústria, fixassem as suas sedes nos países de origem ⁽¹⁾ e localizassem filiais e/ou *joint-ventures* nos países de operação com significativa intensidade de actividades de pesquisa, prospecção, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, onde ao invés de desenvolver capacidades locais de produção de equipamento, vão usando o mesmo em várias regiões ou países.

Um exemplo da incapacidade local de atrair investimentos para todos os aspectos de bens e serviços para pesquisa e produção de hidrocarbonetos *off-shore* é a produção de grandes estruturas móveis como plataformas, navios ou batelões flutuantes para produção (*Floating Production Vessels*) e outras grandes módulos de infra-estruturas flutuantes, as quais são detidas pelas grandes multinacionais, que pelos avultados recursos que implica a sua (Locke, 2004) retirar produção, são utilizados por longos períodos (Locke, 2004).

O quadro abaixo mostra a distribuição das companhias petrolíferas internacionais pelos diferentes países em que estão

sedeadas, com a consideração de que a excepção das norte-americanas, a maioria delas são sociedades de direito do país de localização, mas maioritariamente detidas ou controladas pelas americanas que são verdadeiras detentoras e/ou controladoras exclusivas da *tecnologia*. Uma evidência do anterior é que cerca de 81% está concentrada nos EUA, Reino Unido, Canadá, os outros 9% em países com fortes relações com os EUA, onde empresas do sector financeiro formaram sociedades ou *joint-ventures* com as petrolíferas americanas ou suas associadas. Esta é efectivamente a razão da concorrência dos países de localização de prováveis reservas em atrair as companhias petrolíferas internacionais, cujo centro de decisão reside nos EUA com satélites em poucos países hospedeiros do capital das principais praças financeiras do mundo.

A análise do quadro permite concluir a razão da forte dependência dos países detentores das reservas ou jazigos de hidrocarbonetos da vontade ou decisão dos países detentores da tecnologia de pesquisa, desenvolvi-

mento e produção. E consequentemente, o poder de negociação com estes últimos é relativamente fraco, uma vez vários países estarem a concorrer por atrair estas mesmas empresas multinacionais. Esta situação concede várias alternativas de oportunidades, e com isso, um poder de impor condições contratuais mais favoráveis.

Como se pode ver, nem todos os países possuem condições materiais, financeiras e humanas para realizar com eficácia estas actividades, sobretudo os países em vias de desenvolvimento. Daí que de modo geral, a excepção dos países que ao logo de muitos anos foram criando condições mínimas para poderem participar em regime de consórcios com as grandes empresas petrolíferas internacionais (EPIs) – *International Oil Companies* – *IOC* que são detentoras do *know-how* e equipamentos para o. É precisamente por isso que nos primeiros anos, esta fase da cadeia de valor não oferece grandes oportunidades de participação das empresas petrolíferas nacionais (EPNs) – *National Oil Companies* – *NOCs* e ligações com outros sectores da economia, sendo a única oportunidade de tirar benefícios as taxas de concessão ou licenciamento e/ou impostos sobre superfície.

Porém, o conhecimento do detalhe destas fraquezas inerentes aos países em vias de desenvolvimento (PVDs), permite que estes possam incorporá-las nos seus desafios de concepção de políticas e estratégias a serem implementadas, tal como é constatado por (Mangueira, 2004) na sua dissertação subordinada ao tema “Políticas de Formação e Endogeneização do Capital Humano em Países em Desenvolvimento: *O caso da indústria petrolífera em Angola*”:

Com os avanços da ciência e dos meios tecnológicos, os processos de produção exigem aos recursos humanos cada vez mais qualificações genéricas de base e especializadas,

Cont. na página seguinte ➡

Cadeia de Valor na Indústria Extractiva de Hidrocarbonetos (Concl.)

que resultam em processos cada vez mais complexos. Por exemplo, na colheita de dados sísmicos, da passagem do *on-shore* para o *off-shore*, a necessidade de conhecimentos para passar da operação de um camião para um navio são evidentes. O facto de se tratar de uma indústria que requer grande capacidade financeira, tecnológica e com níveis de riscos associados muito altos, derivados não só da pesquisa mas também, da necessidade de ultrapassar novas barreiras, exige que o empenho na investigação e sofisticação do equipamento seja uma prática dominante no sector.

A fase de desenvolvimento; esta segue quando o volume dos jazigos for economicamente interessante ou viável, sendo desta feita elaborado um plano de desenvolvimento dos campos, o que implica uma necessidade acrescida de conhecimentos de gestão, análise económica e de tomada de decisão, em colaboração com a engenharia e a logística. O plano, normalmente compreenderá: (i) um estudo das melhores alternativas para uma exploração económica das reservas, nomeadamente o número e disposição dos poços a perfurar; (ii) necessidade ou não de injeção de água ou gás; (iii) definição dos métodos e processamento de tratamento dos hidrocarbonetos; (iv) dimensionamento de instalações com a requerida capacidade de produção, transporte, armazenamento e expedição de petróleo ou gás bruto.

Portanto, a principal actividade desta fase é o fabrico e instalação de infra-estruturas e facilidades de extracção do petróleo e/ou gás, o que envolverá a concepção (cibernética), construção, mecânica, electrónica, construção de máquinas, o que exige fortes conhecimentos, experiência e especialização em áreas como: Instrumentação industrial (cibernética), engenharia, tecnologia de materiais e ancoragem de navios de grande porte, geologia, meteorologia, tecnologia submarina, opti-

mização e logística, etc.

Mais uma vez, são notáveis as limitações dos PVDs para o aproveitamento desta fase, sobretudo nos primeiros anos de operação desta indústria, o que resulta numa quase inexistente ligação desta fase com o resto da economia, pois a excepção de escassos técnicos nacionais que podem ser elegíveis a algum emprego, todos os materiais e serviços são contratados de empresas petrolíferas internacionais que monopolizam os mesmos em todo o mundo. Deste modo, a única potencialidade possível de aproveitar é por vias de tributação dos rendimentos obtidos pelas empresas subcontratadas para a provisão dos diferentes bens e serviços.

A fase de *produção ou extracção* do petróleo e/gás, há a realçar como actividades-chave a manutenção, a supervisão, a operação dos poços, a tecnologia de reservatórios, transportes, segurança e protecção ambiental. Nesta fase também é exigido um grau de conhecimento, experiência e especialização altíssimo para actividades como monitorização e diagrfias de poços, diagrfias de produção, avaliação de reservatórios, injeção de água e gás e armazenamento do produto extraído. Com esta fase termina o ciclo de Pesquisa, Prospecção e Produção (*Exploration & Production - E&P* na expressão inglesa), ao qual é também dada a designação de *"upstream" oil and gas activities*.

A fase de *transporte, transformação e comercialização*, nestas últimas fases da cadeia estão compreendidas actividades como o manuseamento e transporte do crude ou gás das áreas de extracção para as refinarias e/ou unidades de liquefacção do gás de onde depois de transformados em produtos finais são armazenados e feito o devido marketing para a sua comercialização (incluídos os serviços de transporte e armazenamento do produto final).

Dado que o nosso enfoque vai circunscrever-se ao âmbito dos

contratos de Pesquisa, prospecção e Produção, o esquema apresentado abaixo procura ilustrar de forma resumida as fases da cadeia de valor mais relevantes a tomar em consideração desde o desenho de políticas e estratégias visando a maximização da contribuição dos recursos explorados por vias de diferentes formas, com ênfase para a *tributação* e promoção de incentivos ao desenvolvimento e fortalecimento do *conteúdo local* no sector (Mangueira, 2004; Klueh, U., Pastor, G. and Segura, Z., 2007; Tordo, S., Tracy, B. S. and Arfaa, N., 2011). **MV**

Referências no texto

- (1) Esta nova estratégia foi potenciada pelo movimento das actividades de pesquisa e produção de campos localizados nas zonas continentais – *on-shore* (que exigiam maioritariamente equipamentos menos móveis), para operações petrolíferas em campos de águas profundas – *off-shore*, que são executadas fundamentalmente por grandes navios, plataformas e batelões móveis, que podem passar de um país ou região para outra.

Bibliografia Consultada

- *"National oil companies and value creation"*. The International Bank for Reconstruction and Development. Washington, DC: World Bank, por Silvana Tordo e outros;
- *"Exploring Issues Related to Local Benefit Capture in Atlantic Canada's Oil and Gas Industry"*. Por Wade Locke and Strategic Concepts, Inc.
- *"Políticas de Formação e Endogeneização de Capital Humano em Países em Desenvolvimento: O caso da indústria petrolífera em Angola"*. LISBOA: UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA.

- *Inter-sectoral Linkages and Local Content in Extractive Industries and Beyond – The Case of São Tomé and Príncipe*. African Department. IMF.

Sobre o Autor:

Domingos João Metane Muconto, Licenciado em Economia (UEM) e Mestrando em Administração Pública pela Universidade de Alcalá de Henares e Instituto Nacional de Administração Pública de Madrid – Espanha, Doutorando em Economia do Sector Público (Certificado da fase presencial), tendo como áreas de investigação as ligadas a fiscalidade (Organização e Métodos das Repartições de Finanças, Desenho de sistemas tributários e justiça dos sistemas tributários na vertente de equidade horizontal, etc.), exerceu as funções de docente em tempo parcial na Faculdade de Economia da UEM, ISCTEM e USTM – Coordenador do Curso de Gestão, onde orientou vários trabalhos de investigação da área fiscal e tributária.

A sua experiência profissional está fortemente ligada a área tributária, tendo sucessivamente trabalhado no 1º Bairro Fiscal de Maputo (1988-2000), 2º Bairro Fiscal – Chefe Adjunto (2000-2004), Centro de Formação e Aperfeiçoamento Tributário – Coordenador (2005-2007), Unidade dos Grandes Contribuintes – Director Adjunto (2007), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação – SP (2007-2010), Director de Serviços na DGI – DCAT (2010-2011), Delegado Provincial da AT (2011-2013) e recentemente nomeado para Director de Auditoria e Fiscalização Tributária na AT. Outras actividades de referência podem ser a participação no grupo de trabalho de Desenho do Modelo Conceptual do SISTAFE e do plano Básico de Contabilidade Pública, na extinta UTRAFE, colaborador e colunista do Jornal NACHINGWEYA e da Revista Tributária. **MV**

Análise: Responsabilidade Social da Empresa

Por Zito M. Campira



No presente artigo pretendo de forma breve apresentar alguma fundamentação sobre a responsabilidade social das Empresas no seu todo, visto que, nos últimos tempos, tem sido realizado debates a volta desta matéria.

A doutrina de responsabilidade social “que exige que os indivíduos mais ricos auxiliem os membros menos afortunados da sociedade” deriva do princípio da caridade e surge através de igrejas, asilos e, a partir da década de 1920, do movimento “*Community Chest*”, um fundo comunitário (Stoner & Freeman, 1999)⁽¹⁾.

Algumas empresas, no exercício das suas actividades, criam externalidades negativas, como é o caso da poluição do meio ambiente e consequentemente a criação de problemas que afectam à saúde pública das populações que residem nas proximidades das mesmas. Madureira (1990)⁽²⁾ argumenta que “por questões de ética, estas empresas tem a obrigação de reparar os danos causados à sociedade. É nisto que consiste a responsabilidade social”.

Madureira afirma ainda que “não é permitido nos Estados Unidos da América poluir o ambiente, subornar os funcionários públicos”. O problema do suborno é complexo para todos os países, o empresário quando decide investir tem como objectivo a maximização do lucro, e se for obrigado a subornar um funcionário público ele transfere o custo do suborno para o produto, elevando assim o preço do produto, que será suportado pelas comunidades e consequentemente contribuindo para a redução do padrão de vida das comunidades, pois, as famílias ficam com menos poder de compra, devido a elevação do preço.

A posição da responsabilidade social é negada por algumas correntes e a mais conhecida é do economista Milton Friedman. Este cientista argumenta que “a única responsabilidade social que uma empresa tem é utilizar os recursos eficiente-

mente para produzir os bens materiais e os serviços que a sociedade deseja, respeitando tão-somente as normas legais; acrescenta que a empresa, nas actuais condições de concorrência, tem de utilizar os seus recursos mais eficientemente, de modo a que possa produzir bens materiais e serviços de alta qualidade a preços aceitáveis e criar emprego para uma população crescente. Se ela não o fizer, corre o risco de os empregos serem exportados para outros países onde as empresas não se preocupam com a responsabilidade social” (Madureira, 1990). A visão defendida pelo Nobel de economia Milton Friedman, pode não se verificar na sua plenitude, isto devido às imperfeições dos sistemas de mercados, é neste contexto, que se revela a necessidade da presença do Estado na economia para garantir a eficiência, equidade e a estabilidade macroeconómica, por via da regulamentação.

Voltando para a questão da responsabilidade social, Madureira (1990) argumenta que posição diferente é assumida por outro grupo de estudiosos, como é o caso de Keith Davis. Para este, “as empresas são responsáveis pela satisfação de uma grande variedade de necessidades “societais”, tais como: cuidar dos mais velhos, e dos pobres, apoiar exposições artísticas, dar trabalho a deficientes, proporcionar educação”. A visão defendida por Davis economicamente é conhecida por externalidades positivas, o mesmo tem ocorrido com algumas empresas que operam em Moçambique, construindo escolas, hospitais, campos de futebol, casas de reassentamento para as comunidades, oferecen-

do ambulâncias aos hospitais, material de desporto e escolar às escolas, entre outros, tendo em vista a melhoria da sua imagem perante o contexto ambiental em que elas se encontram inseridas. Estas práticas de gestão permitem que as empresas tenham altas probabilidades de sucesso a médio e longo prazo.

No que diz respeito as práticas de responsabilidade social, pelas empresas, algumas questões que tem sido levantadas, relativamente ao tratamento a dar para efeitos fiscais, no acto da determinação do lucro tributável, tem a ver com o facto de se considerar ou não como um custo fiscalmente aceite? A resposta a esta questão é simples: (i) tratando-se de externalidades negativas, como já foi referido, resultantes da poluição do meio ambiente, este custo deve ser assumido (internalizado) pela empresa, não sendo deste modo, considerado custo para efeitos fiscais; e (ii) se se tratar de externalidades positivas, aquelas que resultam da livre e espontânea vontade das empresas, sendo empresas que não beneficiam da redução do IRPC⁽³⁾, o custo suportado pelas respectivas empresas no acto da construção de escolas, hospitais, casas para o reassentamento das comunidades, entre outras infra-estruturas económicas e sociais, deve ser considerado como custo para efeitos fiscais, caso contrário, as empresas poderão construir obras de baixa qualidade por forma a minimizar os custos. Este ponto de vista foi igualmente recomendado por Robert Parson⁽⁴⁾ e outros consultores externos que realizaram workshops em Maputo.



Cortesia: <http://www.documentar.com.br>

Referências no texto

- (1) STONER, James A. F. & EDWARD, Freeman R. (1999). Administração. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- (2) MADUREIRA, Mário António Soares. (1990). Introdução à Gestão. Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
- (3) Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
- (4) Seminário sobre as Políticas e Práticas Fiscais no Sector Mineiro, Maputo, 5-7 de Junho de 2012

Sobre o Autor: Zito Manuel Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, técnica aduaneira e gestão. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Subchefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Participante assíduo em *Workshops* sobre a Indústria Extractiva (mineração e hidrocarbonetos). Consta também no seu vasto curriculum, as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e posteriormente indigitado para o Secretariado Técnico da Task Force sobre Mega Projectos e Tributação das Mais-Valias. **MV**

Oficina Literária: Contar Ser Gregos – Contrários, Segredos e Respostas que cruzam a História para pousar nos nossos dias

Por Celso Cossa

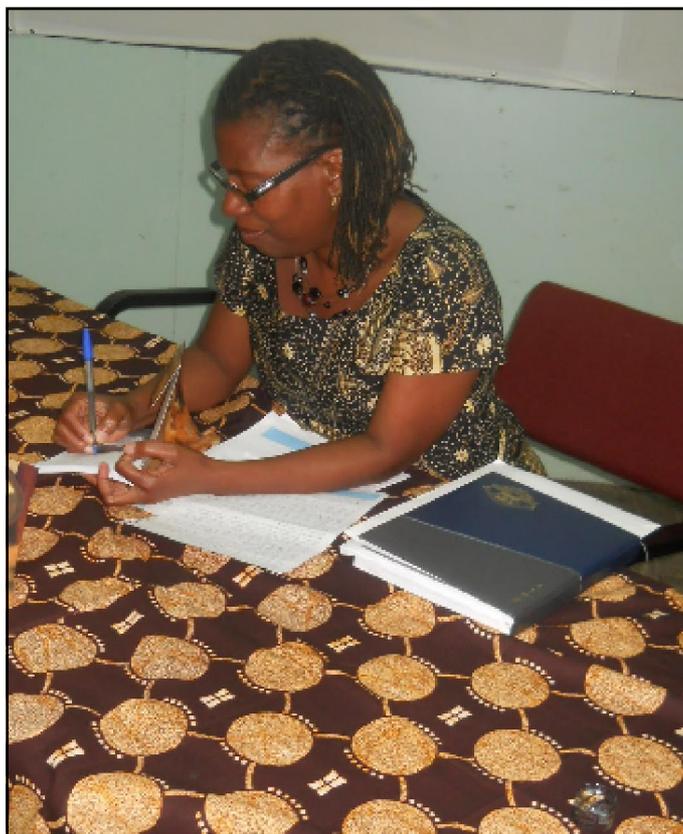
Os meandros literários não fogem a regra: o mais difícil, mais do que terminar, seja lá o que for, será sempre, sem sombra de dúvidas, começa-lo. A indecisão, o medo, o receio e, quem sabe, a humildade e a modéstia são aqui ingredientes que nos acompanham como sombras vivas (talvez mortas), sendo-nos por conseguinte difícil que a eles nos dissociemos. No entanto vale a pena dizer-se quando somos verdadeiramente tocados por autênticas obras de arte tal muda de figura: terminar, mais do que começar, torna-se a coisa mais difícil de se fazer.

Contudo, começaremos este breve sulcar crítico literário nas entranhas fundas de “Contar Ser Gregos”, obra poética de Emmy Xyx, pseudónimo de Manuela Xavier, rebuscar uma célebre frase de um grande poeta alemão, Rainer Maria Rilke, que viveu no século XX, um dos mais representativos de sua época. Dizia ele, numa das várias cartas que, em resposta a um jovem poeta do seu tempo, Franz Xaver Kappus, ele escrevera: «Não há nada que toque menos uma obra de arte do que palavras de crítica: elas não passam de mal-entendidos mais ou menos afortunados» (RILKE, 2009:9). Pois, como já afirmava Montaigne, «É mais difícil interpretar as interpretações do que interpretar as coisas, e há mais livros sobre os livros do que sobre outro assunto.»

Por isso mesmo, pensamos que seja importante que se coloque esta questão, antes mesmo de seguirmos os passos em frente nestas palavras que se casam para criticar este palmilhar poético: Se alguém, sabiamente, já disse que «A crítica literária é uma actividade que exige toda uma vida.», o que podemos dizer destes principiantes (na vida e na literatura) que de modéstia não têm nada ao dizerem-se “principiantes”, quando ousamos escrever uma crítica

literária sobre um livro que, somente pelo título que ostenta, já se vislumbra um autêntico arrojo por parte de quem o faz? Se o livro “Contar Ser Gregos”, já de partida, através do seu título, nos remete a Antiguidade Clássica, mais exactamente a Grécia Antiga, permitam-nos então que chamemos a este

fos da Natureza, estes que desacorrentaram os homens da concepção mítica do mundo tida a partir dos poetas Homero e Hesíodo através de obras-primas como “Odisseia” e “Ilíada” que ensinavam e transmitiam complexas narrações e doutrinas sobre os deuses e os homens, sobre forças que inter-



Emmy Xyx, durante uma sessão de autógrafos (cortesia: <http://clescritores.blogspot.com>)

“olhar crítico” o filósofo Pré-socrático Heraclito (540-480 a. C.), ele que disse algo que tem-se revalidado no correr dos séculos, desde os primórdios da humanidade até aos nossos dias: «A vida é feita de contrários. Se nunca estivéssemos doentes, não compreenderíamos o que é saúde. Se nunca tivéssemos fome, não gostaríamos de comer. Se nunca houvesse guerra, não saberíamos apreciar a paz.» (GAARDER, 2012:37). Voltando a esta parte da história da humanidade, aos Filóso-

vêm activamente nos acontecimentos cósmicos e humanos, o primeiro poema em “Contar Ser Gregos”, “A Letra da palavra” (ix. XYX, 2012: 7), já nos traz essa ideia de contínua contrariedade, a ideia de que não pode existir o pleno entendimento de seja lá o que for, sem que igualmente se conheça o seu contrário:

Procura esclarecer
o escurecer das madrugadas
com o raiar do sol
(...)



Ou ainda nestas duas estrofes de três e de quatro versos, respectivamente, retirados do poema “Quanto tempo” (ix. XYX, 2012: 57)

no qual o entendimento do amor passa necessariamente pelo ódio que dele se possa deixar transparecer:

Quanto tempo
Precisas
Para dizer que me ama?

quantas horas malditas
rezas
para conhecer o sepulcro
átomo do teu viver?

Se os gregos sempre buscaram por respostas, da mais elementar até o sentido da vida, a mais complexa de todas as questões, a autora de “Contar ser Gregos” deixa igualmente evidente no poema “Quantas Noites” (ix. XYX, 2012:56) que assim como desde o surgimento da filosofia (aproximadamente nos começos do séc. VI) os gregos tentaram pensar o seu tempo, nos devemos desmistificar os sentidos homéricos do nosso tempo, ao questionar em apenas uma estrofe de quatro versos o tempo do seu tempo vs as amarras e os escuros que o seu tempo transmite:

Cada dia que passa
por trás das grades estremeço
quantas noites faltam
para o que não mereço?

Já disse alguém, o qual não me ocorre o nome no momento que «o poeta não diz, o poeta sugere». Disso talvez me justifico dizendo que a Xyx, analisando o título da obra em análise, traz-nos essa busca por uma sociedade cada vez melhor, o mesmo que os gregos sempre buscaram, de Homero aos filósofos de Mileto, de Sócrates ao Aristóteles, resvalando, por

Oficina Literária: Contar Ser Gregos – Contrários, Segredos e Respostas que cruzam a História para pousar nos nossos dias (Concl.)

consequente, fora dos tentáculos da idade das trevas. Não será talvez por isso que no poema “Contar Ser Gregos” (ZZ. XYX, 2012:29) a autor questione no primeiro verso da terceira estrofe: «Ser grego quem conta sem medo?»? Ou esse mundo repleto de segredos por serem contados ao questionar no segundo verso da mesma estrofe: «Conta em que canto a saia curta?»?

Talvez os ingredientes necessários neste caldeirão social sejam mesmo estes sugeridos pela autora de “Contar Ser Gregos”, «Crer segredos/ impor degredos/ (...) desencontrar medos/ desapontar dedos/ segregar toledos/ contar cem gregos» (XYX, 2012:29).

Pensamos que vale a pena igualmente dar relevo a ideia sublinhada pelo escritor e crítico literário R. Fernandes, a quem coube a nota introdutória, em jeito de prefácio, deste “Contar Ser Gregos”, este que, aliás, apartou os afazeres da sua vida atribulada para presenciar *in loco*, nas instalações do Auditório da Rádio Moçambique, o lançamento de “Espelhos” (2011), a estreia em livro de Manuela Xavier, ou seja, Emmy Xyx, quando nos traz ao de cima esta irreversível vontade a nós intrínseca de nos impormos ao destino, de lutarmos pela luz no escuro dos dias, de buscarmos por significações de um viver pleno embora de contrários, num mundo infestado de antagonismos, convulsões e estabilidades, medos e coragens, começos e fins, vidas e mortes, ao dizer:

«A odisseia literária da Emmy Xyx, em “Contar Ser Gregos”, ao longo dos seus 53 poemas e 91 estrofes, configura vocábulos de um lirismo inusitado, onde predomina o sentido de escuridão e marasmo da vida, para onde se imporia a ressurreição vitalícia do direito natural de viver, sem obstáculos, nem temores, nem discriminação, e nem desamor.»

Portanto, embora seja verdade que «o relógio da vida/ anda parado na hora presente/ o tempo da partida/ sobra calado/ e se faz de ausente.» (XYX, 2012:58), devemos ressaltar este sentido esperançoso que deve acompanhar o homem em cada passo seu, pois de contrário, a bem da verdade, é melhor que se diga, seremos apenas

(...)
a andorinha [que] voou
[e] enterrou a sua viagem
na escola que não estudou.
(XYX, 2012:65).

Talvez fosse prudente que nos perguntemos agora: quem afinal de contas vem a ser a autora deste “Contar Ser Gregos”, ela que nos chega com este escancarar da «dor da alma, do amor, do abando, do gozo e do desejo», imbuído plasticidade poética que, como sugere Dejaire Dionísio, a quem coube o comentário à apresentação do livro em análise, é um “leitoso” e “ejaculoso” encontro com Elise Lucinda?

Emmy Xyx, pseudónimo literário de Manuela Xavier é um nome que seguramente não pode passar despercebido, quando se fala de artes e letras. Tendo cursado jornalismo em 1974/1975 no então Lourenço Marques, hoje Maputo, colaborado nos semanários “Embondeiro” e “Zambeze” com a sua coluna “Kunyolanyola”, em 2008 apresentado a sua primeira exposição individual como designer retratando trabalhos feitos com base na casca do fruto do embondeiro, e publicados dois livros, “Espelhos” (2011) e “Contar Ser gregos” (2012), mostra-se como sendo, mais do que uma mulher, alguém que sempre buscou dar um contributo a sociedade onde encontra-se inserida, se não questionando e respondendo questões vitais do país, através das artes e letras, sendo Licenciada em Gestão, pela Universidade Eduardo Mondlane (1991), através do

desempenho das funções a que lhe são atribuídas no seu sector de trabalho.

Mais do que calcular o valor ou quantidade, comper narar algo, raconter ter a intenções-comper, espérer, medir, marcar, comper,,,,...incluir num todo, como a palavra contar seria definida nos dicionários, o contar de “Contar Ser Gregos” é a valsa eterna de palavras que se amam e portanto desnudas se dão ao himeneu dançando paradas no papel que já foi só branco, para chegar ao leitor como um rodopio de sentimentos, de emoções, de amores, de verdades e, talvez de ódios e espasmos e mentiras. O que pode ser o poema intitulado “Adormecer de estrelas” (ZZ. XYX, 2012:8), se não uma “valsa de palavras”?

Barbitúricos, remédios
De curas
Objectivas advertem
Partidas acabam
Estrelas adormecem...

“Contar Ser Gregos” constitui-se por «versos livres que ora se apresentam, ora se representam e não repesam o que vai no desejo de singularidade, de subjectividade da poetisa, mas que dialoga também com a sua comunidade.» (Dejaire Dionísio).

Esta obra poética, de um eu-lírico do tamanho dos séculos, de forma irreversível leva-nos a esse mundo plurisignificado por convergências e divergências, epistemologias históricas que, ao molharmos o corpo nas águas no passado que nos compete visitar como um rio que nunca parou de correr as suas águas, dela podemos entender, ou talvez muito mais, compreender o porquê dos nossos corpos jamais puderem secar por completo esta relação que o tempo de hoje tem com o tempo de ontem e com o tempo de amanhã.

Não se podendo esgotar os volumes da História (ou estórias que contam a nossa História) na qual esta obra constituiu-se por «53 poemas e 91 estro-

fes» – como bem o sublinhou escritor e crítico literário R. Fernandes – nos remete, nestas dúzias de palavras que nos atrevemos a aduzi-las nesta singela apreciação crítica da obra “Contar Ser Gregos”, antes de terminarmos perguntaríamos: Se os homens foram feitos para andarem de mãos dadas, o que dizer das palavras que se casam neste “Contar Ser Gregos” que da vida, ou de um canto dela apenas parece nos contar segredos que responderiam a muitos dos mistérios que advenham dos questionamentos que o nosso tempo nos impõe que os façamos?

Se Emmy Xyx diz que «O espelho reflecte uma imagem diferente daquilo que somos.» (XYX, 2011), não será manifestação de sensatez que de antemão sejamos perdoados por pousar o pé num terreno movediço como a poesia o é, ao ousarmos escrevermos uma crítica literária sobre uma obra cuja sua autora ousa “Contar Ser Gregos”?

Contudo, Heraclito, citado por Jostein Gaarder em seu romance “O Mundo de Sofia”, disse: «não podemos tomar banho duas vezes nas águas do mesmo rio.» (GAARDER, 2011:36), pois ao entramos no rio pela segunda vez, tanto nós como o rio estamos mudados. E nos dizemos: leiam “Contar Ser Gregos”, que jamais serão os mesmos.

Referências Bibliográficas

- EMMY, Xyx. Espelhos. (2011). 1ª Edição. Maputo: Fundac.
_____. Contar Ser Gregos. (2012). 1ª Edição Maputo: Minerva.
GAARDER, Jostein. O Mundo de Sofia. (2011) 30ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
RILKE, Rainer Maria. Cartas a um Jovem Poeta. (2009). Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket Plus. **MV**

Entre-Nós: Flora Maússe

Entrevista conduzida por *Dionísio Munguambe*



Flora Maússe, quando era entrevistada pelo “Mais-Valia” na DLI

estruturas na Divisão de Contratos. Considero-me uma pessoa acessível, humorada e com muitas motivações na vida.

MV: Visto que o percurso da vida resulta de um acumular de etapas e factos, poderia falar-nos da sua infância?

FM: Guardo muitas e boas lembranças da minha infância pois foi maravilhosa, com muitas brincadeiras e brigas, que naturalmente faziam parte do crescimento como indivíduo. Cresci no seio de uma família composta por Sete irmãos, dos quais Três são meninas e os restantes rapazes, o que fez com que estivesse sujeita à inúmeras brincadeiras normais na altura, desde a “neca e cheias” até o futebol.

Embora a minha vida tenha tomado rumo diferente, comparativamente a dos meus irmãos e demais amigos, felizmente, grande parte das amizades que tenho hoje, também fizeram parte da minha infância. Até onde me lembro, sempre busquei o melhor da educação quer ao nível escolar quer ao nível familiar, de tal forma que como rapariga, para além de brincar e estudar, também me empenhava nas actividades domésticas, ajudando os meus pais sempre que solicitassem. O que

mais??? Em termos de expectativas durante aquela época, concentrava-me mais na conclusão dos estudos ao nível pré-universitário, razão pela qual, não reprovei em nenhuma classe o que me fez não conseguir enfrentar da melhor forma a reprovação no exame de admissão na Universidade Eduardo Mondlane. Foi difícil saber que mesmo com média positiva fui reprovada, devido a Política de Unidade Nacional, que não estou contra mas, porém no momento foi triste.

MV: Constou-nos que na sua carreira profissional, parte desta, viu os seus préstimos no Tribunal Administrativo. Poderia partilhar conosco a experiência desta trajetória?

FM: De facto ingressei no Tribunal Administrativo no dia 15 de Maio de 2003. Foi o meu primeiro emprego, sem nenhuma experiência, apenas com o Diploma de Bacharelato. Trabalhei na Terceira Secção, primeiro na área do visto e de seguida na da fiscalização das receitas e das despesas públicas onde, de entre outras actividades, realizava auditorias às contas nas diversas instituições do Estado. Por Despacho dos Exmos. senhores Presidentes do Tribunal Administrativo e da Autoridade Tributária de Moçambique datado de 08 de Setembro de 2009, fui transferida para esta instituição onde comecei a trabalhar no dia 21 de Setembro do mesmo ano, coincidentemente, a data do meu aniversário. Foi muito positivo ter trabalhado no Tribunal, principalmente nas áreas em que estava

pois tenho os *inputs* necessários para trabalhar na área em que estou enquadrada actualmente. Foi difícil a saída de lá pois para além de gostar do trabalho, conservei vários amigos que graças aos meios de comunicação que temos não rompemos com os laços existentes.

MV: Tomando em conta a dinâmica exigida em vários sectores da AT no seu todo, como tem encarado os desafios que lhe são colocados?

FM: A AT é uma organização dinâmica e multi-sectorial, o que faz com que os desafios directa ou indirectamente impliquem o envolvimento de outros colegas. Ao nível das tarefas que me são directamente incumbidas, encaro-as com muita naturalidade e profissionalismo. Sinto-me comprometida com a minha missão na organização, o que faz com que os desafios sejam sempre “bem-vindos” pois no meu ponto de vista estarei a contribuir para o alcance das metas e objectivos desta instituição, bem como do crescimento e sustentabilidade, o que é positivo. Encarar os desafios de forma receptiva e pro-activa é também uma forma de aprendizagem, pois proporciona-me enriquecer e aumentar o meu *background* tanto a nível pessoal, bem como profissional. Assim sendo, no meu dia a dia encaro-os como uma mais-valia

MV: Como imagina a AT nos próximos 5 anos?

FM: A AT está numa boa fase. Tem, actualmente diversos projectos como e-Tributação, Janela única, Paragem única, entre outros em que alguns

Fomos conhecer uma jovem e simpática profissional da AT, que se vem destacando pela forma diligente como executa o seu trabalho quotidiano. Eis a entrevista na íntegra:

Mais-Valia (MV): A quem temos o prazer de conhecer?

Flora Maússe (**FM**): Eu sou a Flora Odete David Maússe, tenho 35 anos de idade, natural de Maputo. Sou mãe de uma menina linda de nome Thandive. Sou licenciada em Direito e, presentemente estou afectada na Direcção de Logística e Infra-



A valorização dos recursos humanos como factor decisivo na tributação de recursos naturais em prol do desenvolvimento económico

Entre-Nós: Flora Maússe (Concl.)

estão numa fase embrionária e, outros, já a dar uma nova dinâmica para a prossecução dos interesses da instituição e, do Estado no seu todo. Estão a ser assinados vários memorandos e protocolos com outras instituições públicas e privadas e pessoas singulares. Isto tudo mostra que a AT não é estanque, é uma instituição que tem sempre uma visão para o futuro. Não obstante os projectos existirem, alguns destes não estão a ter um bom acolhimento devido a falta de informação, a pouca informação das pessoas. Penso que nos próximos 5 anos, esta situação vai

estar ultrapassada devido aos diversos mecanismos que se estão a usar na divulgação das actividades relacionadas com a Educação Fiscal e Aduaneira bem como a Popularização do Imposto, através dos meios de comunicação televisivos, radiofónicos, os músicos, os colegas do Gabinete de Comunicação e Imagem, entre outros meios.

MV: Numa altura em que o papel da mulher vem registando mais notoriedade nas instituições do Estado, como definiria a mulher nesta instituição?

FM: A mulher na AT tem um espaço e um papel preponderante, contribuindo para aquilo que é a visão e missão deste órgão. Já tivemos uma Directora Geral de Impostos, a Dra. Otilia Santos e, tivemos e temos Directoras Gerais Adjuntas, temos Directoras de Serviço, chefes em todas as áreas o que mostra que a nível da AT não temos aquilo a que se chama

Estereótipos, no sentido de que há actividades que a mulher não é capaz de realizar. Perante a

de casar e ter mais um filho... *risos*...e um dia conhecer a *Disney* nos EUA.

conversa com a família e/ou amigos. Tenho o gosto pela leitura e acompanhar seriados que correm nos diversos canais televisivos. O meu gosto pela música, faz-me apreciar os espectáculos que vem abrilhantando os palcos desta cidade durante o verão e sempre que posso saio para dançar. Adoro dançar! Não obstante as diversas tentações que esta cidade oferece para “queimar o tempo”, nos meus tempos livres não dispense a companhia da minha filha, bem como leva-la de passeio ao parque.

MV: Se o pudesse fazer, a quem homenagearia em especial?

FM: Neste momento? Sem sombra de dúvidas, a minha mãe que é uma mulher que muito admiro. Ela esforçou-se tanto por dar aos filhos uma boa educação, transmitir os valores que um ser humano deve ter tais como, saber estar, saber se comportar perante os mais velhos, o superior hierárquico e os demais. Devo a ela a minha escolaridade, o meu percurso profissional e pessoal. É uma mulher extraordinária, alegre, simpática, muito aberta comigo. Veja só, ela é reformada e, depois de todos os filhos se formarem, decidiu voltar a estudar e agora está a frequentar o 3º ano do Curso de Psicologia na Universidade A Politécnica. É realmente a pessoa que eu homenagearia. É uma mãe e amiga de todas as horas. **MV**

Ir um dia à Disneylândia está nos sonhos da nossa entrevistada (cortesia: <http://blog.daum.net>)



Lei, o homem e a mulher são iguais, tem os mesmos direitos e deveres. Verifico que na AT não há diferença do género para a realização de tarefas, cumprindo com o plasmado na Constituição, não se referindo o género como sinónimo de mulher.

MV: Sendo jovem, licenciada e funcionária pública, naturalmente que ainda tem sonhos por concretizar...

FM: Claro que tenho...*risos*... encontrando-me presentemente a fazer o Curso de Mestrado em Administração Pública e Governação na Universidade Eduardo Mondlane e na fase de elaboração do meu trabalho de dissertação, o meu sonho prioritário é o de concluir o trabalho e defender para obtenção do grau de Mestrado. Confesso que ando com uma preguiça em escrever. Em geral, gostaria de singrar aqui na Autoridade Tributária e so nível pessoal, tenho o sonho de toda mulher, o

MV: Considerando ser uma mulher moderna, acreditamos não se identificar somente como mera degustadora, mas também, dotada em culinária...

FM: *Risos*...embora acredite que em geral a mulher moderna também deve conter na sua manga alguns truques de cozinha, no meu caso, confesso que não vou sempre a cozinha, mas os pratos que faço são de lamber os beiços. Normalmente, gosto de ir a cozinha quando tenho algum convívio, principalmente quando recebo pessoas em minha casa, aí sim, não dispense passear a minha classe e demonstrar os meus atributos e segredos de cozinha. Considero-me de certa forma uma *expert*.

MV: Quem é Flora Maússe nos seus tempos livres?

FM: A Flora é uma mulher que, actualmente, sai pouco para se divertir. Gosto mais de ir ao cinema, de estar numa

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

Passatempo

Curiosidades

Um metro quadrado de relva produz oxigénio suficiente para uma pessoa por um ano inteiro.

Cada rei de um baralho de cartas representa um grande monarca da História:

- Espadas: Rei David.
- Paus: Alexandre, o Grande.
- Copas: Carlos Magno.
- Ouros: Júlio César.

Na Finlândia, chegou-se a proibir a banda desenhada infantil *Pato Donald*, porque o boneco não usava calças.

O Pai Natal original trajava de verde e não de vermelho.

Se fosse possível colocar lado a lado todas as bonecas *Barbie* vendidas desde a sua criação, daríamos duas voltas ao mundo.

Bater a cabeça contra a parede continuamente gasta em média 150 calorias por hora.

Mais rápido se fuma no Planeta, do que se lê: acetylserlytyrosylserylisoleucylthreonylserylprolylserylglutaminylphenylalanylvalylphenylalanylleucylserylserylvalyltryptophylalanylasparylprolylsoleucylglutamylleucylleucylasparaginylvalylcysteinylthreonylserylserylleucylglycylasparaginylglutaminylphenylalanyl ...



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601
E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132
Fax 21720133
E-mail: bmacamo@at.gov.mz



Humor

- Também cheguei a essa conclusão, senhor doutor. O tempo no bar passa bem mais depressa...

O senhor Lopes e a esposa vão ao Krueger Park participar num safari. Em plena selva, a esposa é acometida de uma necessidade natural e diz ao marido:

- Ô querido, eu não faço no mato. Tenho medo. Pode aparecer um gorila e levar-me.

- Deixa-te de tolices mulher! Gorila não é maluco!

Foi condenado à morte um grande assassino. Na véspera da sua execução, perguntaram-lhe na cadeia:

- Que desejas comer antes de seres executado?

- Morangos, unicamente.

- Mas não é tempo deles agora! Só podemos tê-los daqui a sete meses.

- Paciência...eu espero...retorquiu, calmamente, o prisioneiro.

Pensamentos

A pior das vergonhas não é chorar, mas fazer chorar (Provérbio Árabe)

Quem sente a comichão é que se coça (Provérbio Macua)

A moda existe para mulheres sem gosto, a etiqueta para mulheres sem classe (Rainha Maria da Roménia)

Um homem nunca deveria ser tão rico para comprar outro ou tão pobre para se vender a si próprio (Jean-Jacques Rousseau)

Se o que tens a dizer não é mais belo que o silêncio, então cala-te (Pitágoras)

Há três coisas que não envelhecem: a integridade, o senso de humor e a ternura (Yves Montand)

Um comerciante, a agonizar, confessa ao sócio:

- Preciso dizer-te...eu roubei 20 milhões da nossa firma...eu fiz um acordo secreto com o nosso maior concorrente...eu "visitava" a tua mulher quando viajavas...eu...

- Estamos quites, meu velho - diz o sócio - fui eu que te envenenei.

Quero preveni-lo de que o álcool encurta a vida - diz o médico.

O homem de mente elevada nunca perde a sensibilidade infantil (Mongue Dse)

Um livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive (Padre António Vieira)

Magoar alguém é transferir para outrem a degradação que temos em nós (Simone Weil)

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegada Provincial e Directora: Berta Macamo

Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem: Lemos Formiga

Chefe da Divisão de Comunicação e Imagem: Haydin Joyce

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editora Executiva : Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Munguambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; Ricardo Santos; Dionísio Munguambe e William Chiquele

Colaboradores: Orlando Macuácuá, Albazino Massingue, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Domingos Muconto, Carlos Matlava e Brígida da Cruz

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Ozias Ngomane e Arquivo

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria